



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

TJAL EM NÚMEROS

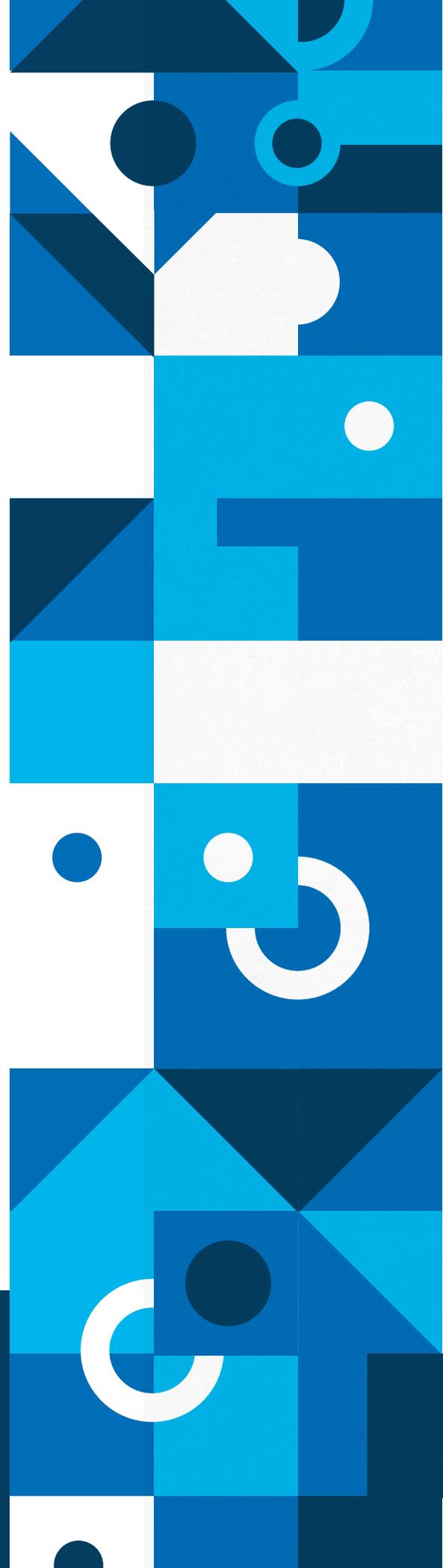
2021

ANO BASE - 2020



APMP

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E
MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO



COMPOSIÇÃO

DESEMBARGADOR KLEVER RÊGO LOUREIRO

PRESIDENTE

DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS

DESEMBARGADORA ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

DESEMBARGADOR SEBASTIÃO COSTA FILHO

DESEMBARGADOR PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO

DESEMBARGADOR OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

DESEMBARGADOR ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

DESEMBARGADOR TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO

DESEMBARGADOR PAULO BARROS DA SILVA LIMA

DESEMBARGADOR FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA

DESEMBARGADOR JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA

DESEMBARGADOR DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO

DESEMBARGADOR CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

JUIZ DE DIREITO CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO

JUIZ DE DIREITO MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO

JUIZ DE DIREITO ORLANDO ROCHA FILHO

Elaboração

Inara Francoise de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Revisão geral e apoio técnico

Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário - APMP

Composição da APMP

Clóvis Gomes da Silva Correia - Assessor-chefe

Planejamento, processos de trabalho e normatização

Catalina Velásquez de Oliveira - Coordenadora de Gestão de Processos

Guilherme Rossilho - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Economia

Divisão de Gerenciamento de Projetos / Núcleo Socioambiental

Alexandre de Caiado Castro Moraes - Coordenador

Divisão de Estatística

Inara Francoise de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Amós Henrique Araújo - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Administração

Sérgio Walney Mendes Martins - Assessor

Estagiários(as)

Arlanicson Pedro Santos Nobre - Administração

José Alves de Araújo Neto - Economia

Yasminne Valéria Almeida Cavalcante - Administração

Sumário

1	Introdução	7
2	Estrutura do 1º Grau	7
3	Infográficos	8
4	Recursos financeiros	11
5	Litigiosidade	12
6	Demandas mais recorrentes segundo as classes e assuntos	19
7	Considerações finais	21

Lista de Figuras

1	Distribuição geográfica das comarcas do Estado de Alagoas	8
2	Despesa com recursos humanos em 2020	8
3	Força de trabalho em 2020	9
4	Força de trabalho auxiliar	9
5	Distribuição dos Casos Novos em 2020	11
6	Acervo em 2020 por comarca	11
7	Série histórica das despesas por habitante	12
8	Série histórica das despesas	12
9	Série histórica dos casos novos, processos baixados e casos pendentes	13
10	Série histórica das sentenças e decisões	14
11	Série histórica do índice de produtividade dos magistrados(as)	14
12	Série histórica da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda	15
13	Série histórica do índice de atendimento à demanda	15
14	Série histórica da taxa de congestionamento	16
15	Série histórica do Índice de Conciliação no 1º Grau	17
16	Série histórica do Índice de Conciliação	17
17	Série histórica do IPC-Jus	18
18	Classes mais demandadas em 2020	19
19	Assuntos mais demandados em 2020	20

Lista de Tabelas

1	Litigiosidade	10
---	-------------------------	----

1 Introdução

A Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário - APMP apresenta o TJAL em Números 2021 (ano-base 2020) com informações estatísticas processuais dos anos de 2009 a 2020. Essas informações permitem um acompanhamento concreto das atividades, abrangendo indicadores básicos deste Tribunal com foco nos seguintes elementos: recursos humanos, recursos financeiros e litigiosidade; todos alinhados às definições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução 76 e suas atualizações.

O Tribunal de Justiça de Alagoas tem pautado suas atividades de gestão sempre em busca do aperfeiçoamento, da qualidade e da efetividade dos serviços prestados. Assim sendo, mais uma vez inova e intensifica suas atividades de gestão com medidas voltadas ao monitoramento e ao gerenciamento de informações que orientam para a correta direção a ser seguida, observando-se como princípio básico a transparência dos dados de forma compreensível e acessível a todos(as).

O ano de 2020 foi marcado pelo acontecimento histórico de uma pandemia que acometeu a sociedade como um todo com muita rapidez. Foi necessário a adaptação a uma nova rotina de trabalho e lidar com a situação difícil e incerta que enfrentávamos para poder dar continuidade à prestação jurisdicional. Com a restrição das atividades presenciais, muitas atividades foram impactadas, como reuniões e eventos apenas por videoconferência, audiências por meios virtuais e atendimentos restritos ao e-mail, telefone e aplicativos de conversa. Nesse relatório poderemos observar um retrato estatístico de tais impactos no Judiciário de Alagoas nesse período.

O conteúdo completo produzido pela APMP é permanentemente atualizado e pode ser acessado pelo endereço <https://apmp.tjal.jus.br/>.

2 Estrutura do 1º Grau

Atualmente o 1º Grau do Poder Judiciário de Alagoas está estruturado em 152 unidades judiciárias. Esse quantitativo é subdividido em 63 unidades de 3ª entrância, 38 de 2ª entrância, 30 de 1ª entrância e 21 Juizados Especiais, sendo 15 desses pertencentes à 3ª entrância. Em 2020, as Comarcas de Girau do Ponciano, Mata Grande, São José da Tapera e Feira Grande foram elevadas de primeira para a segunda entrância.

A Figura 1 traz a malha territorial das comarcas do Estado de Alagoas com o mapeamento dos municípios que são sede de comarca. As comarcas marcadas na cor laranja são de 1ª entrância, na cor verde são de 2ª entrância e na cor vermelha são de 3ª entrância. O mapa pode ser visualizado com maior riqueza de detalhes no endereço <https://apmp.tjal.jus.br/apmp.php?pag=APMPJuridicaoComarca>.

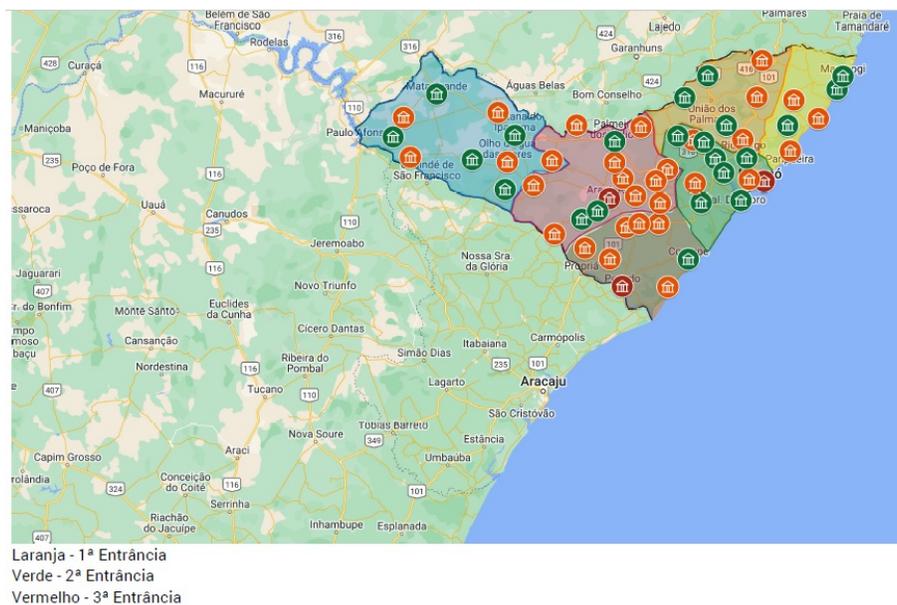


Figura 1: Distribuição geográfica das comarcas do Estado de Alagoas

3 Infográficos

Neste tópico são apresentados, na forma de infográficos, os principais indicadores do Poder Judiciário, proporcionando uma visão geral dos recursos orçamentários e humanos e dos indicadores de litigiosidade.

A Figura 2 apresenta a despesa com recursos humanos em 2020. Podemos observar que 87,3% dos gastos com recursos humanos se dá com pessoal e encargos.

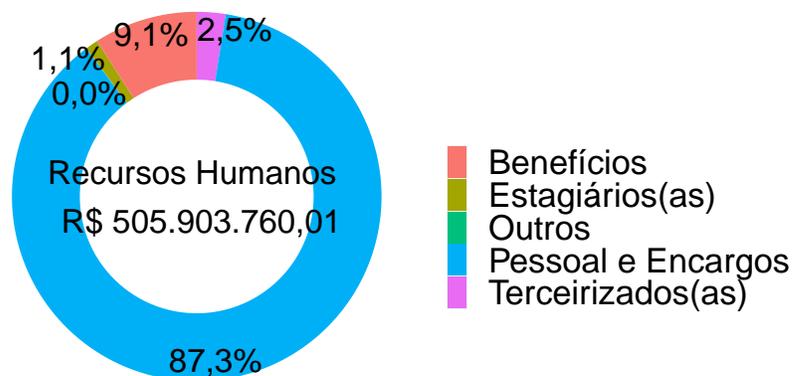


Figura 2: Despesa com recursos humanos em 2020

Na Figura 3 podemos ver a distribuição da força de trabalho (magistrados(as), servidores(as) e auxiliares) em 2020, que contabiliza 3.351 pessoas. Este dado resulta em um aumento de aproximadamente 1,5% em relação ao ano de 2019 (total de 3.300 pessoas na força de trabalho).

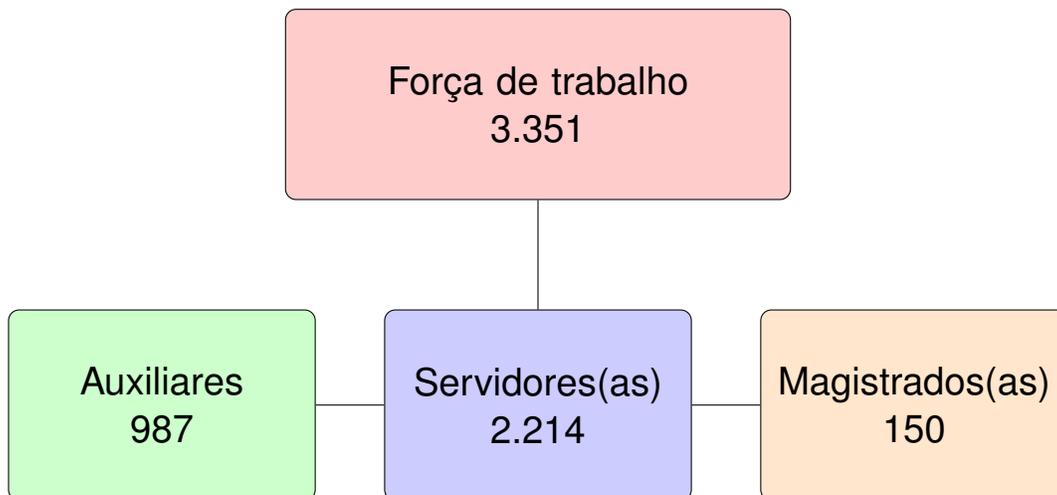


Figura 3: Força de trabalho em 2020

O Poder Judiciário de Alagoas contou com o apoio de 987 trabalhadores(as) auxiliares em 2020, especialmente na forma de estagiários(as) (58,3%) e terceirizados(as) (30,4%), conforme pode ser visualizado na Figura 4. O número de estagiários(as) cresceu 4,9% em relação ao ano de 2019.

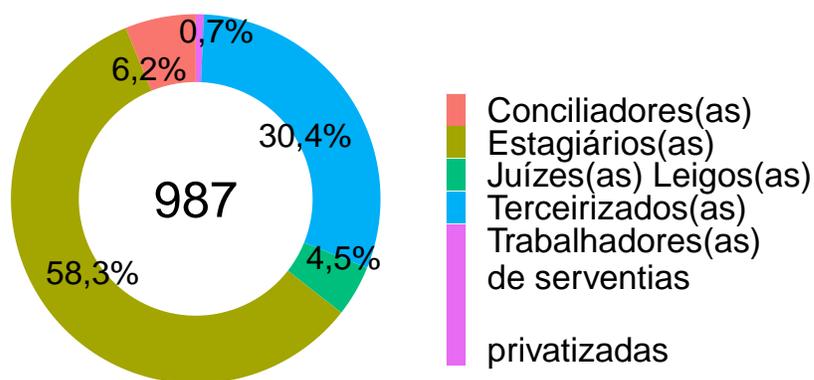


Figura 4: Força de trabalho auxiliar

A Tabela 1 traz algumas informações estatísticas a respeito da movimentação processual e alguns indicadores de produtividade.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL - 2020	
Casos Novos	249.230
Casos Novos de Conhecimento	117.474
Criminal	11.868
Não-criminal	105.606
Casos Novos de Execução Não-criminal	129.282
Casos Novos de Execução Penal	2.474
Sentenças e Decisões	280.565
Sentenças e Decisões de Conhecimento	135.881
Criminal	16.202
Não-criminal	119.679
Sentenças em Execução	144.684
Baixados	276.368
Baixados de Conhecimento	132.168
Criminal	13.855
Não-criminal	118.313
Baixados de Execução	144.200
Casos Pendentes	467.357
Casos Pendentes de Conhecimento	289.898
Criminal	58.839
Não-criminal	231.059
Pendentes de Execução	177.459
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE - 2020	
IAD	110,9%
Taxa de Congestionamento	62,8%
Índice de Conciliação	6,8%
IPM	1.867

Tabela 1: Litigiosidade

Na Figura 5 pode-se observar a distribuição dos casos novos em 2020. O número de casos novos em relação ao ano de 2019 aumentou 20,9%. Destaque-se o quantitativo de processos de Execução no 1º Grau de jurisdição (68,5%).

A Figura 6 traz a distribuição geográfica dos processos pendentes ao final de 2020 por comarca. É possível observar que a maior concentração de processos está na capital, Maceió, e as comarcas com menor concentração de processos são Água Branca, Capela, Messias e Maribondo.

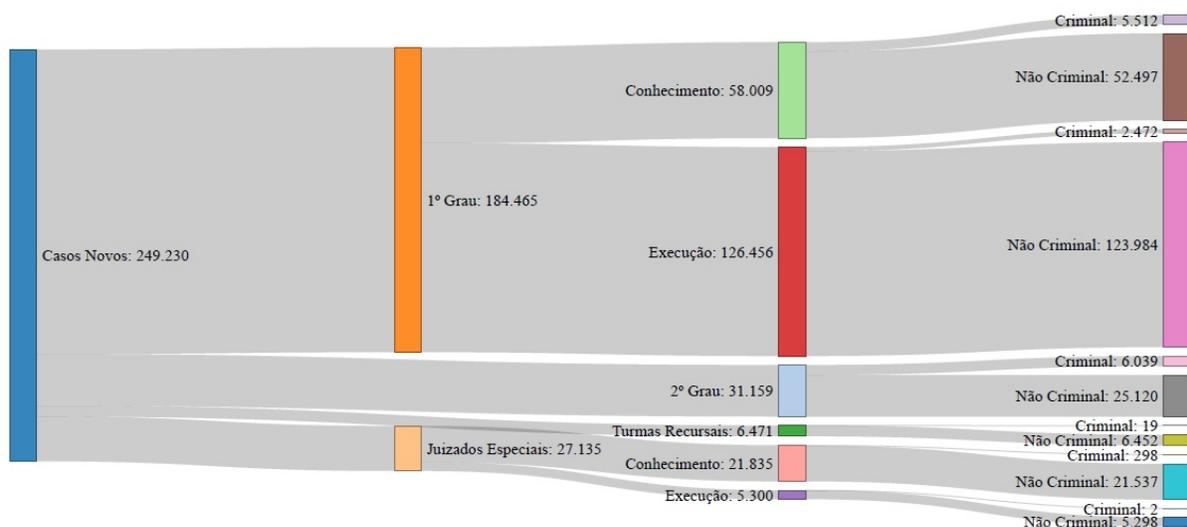


Figura 5: Distribuição dos Casos Novos em 2020

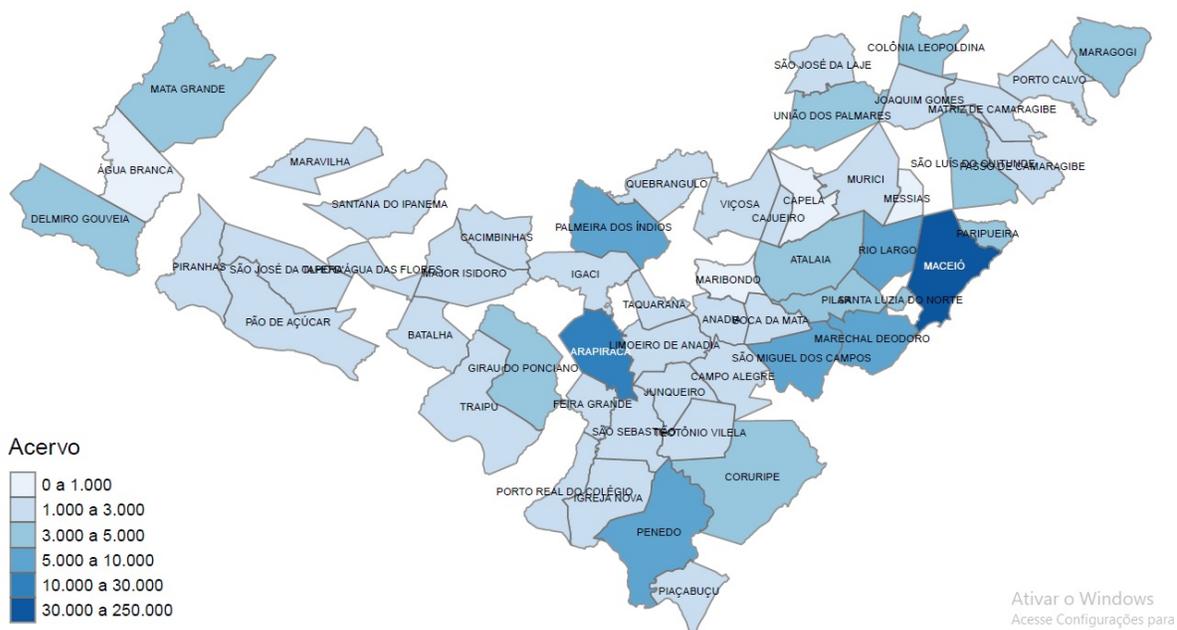


Figura 6: Acervo em 2020 por comarca

4 Recursos financeiros

Esta seção apresenta dados sobre recursos orçamentários do Poder Judiciário, com informações sobre despesas. Na Figura 7 podemos observar a série histórica das despesas por habitante de 2009 a 2020. Pode-se notar o fim do comportamento crescente a partir de 2019.

A Figura 8 traz a série histórica das despesas (total e com RH) nos últimos doze anos. Pode-se notar que a maior parte da despesa total se dá com recursos humanos. Em 2020

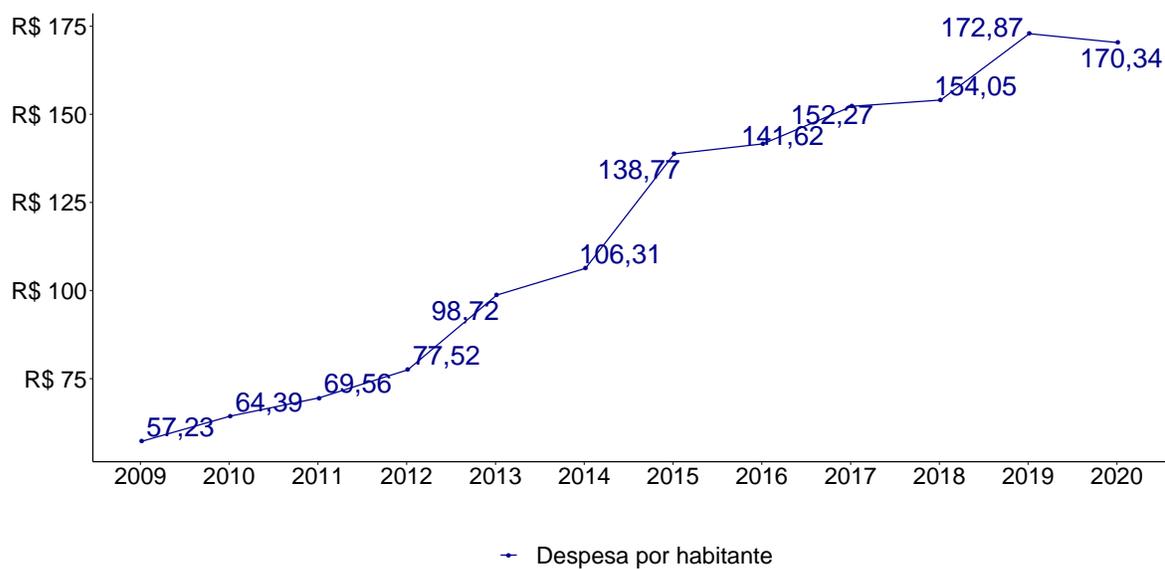


Figura 7: Série histórica das despesas por habitante

cerca de 88,6% das despesas foram com recursos humanos.

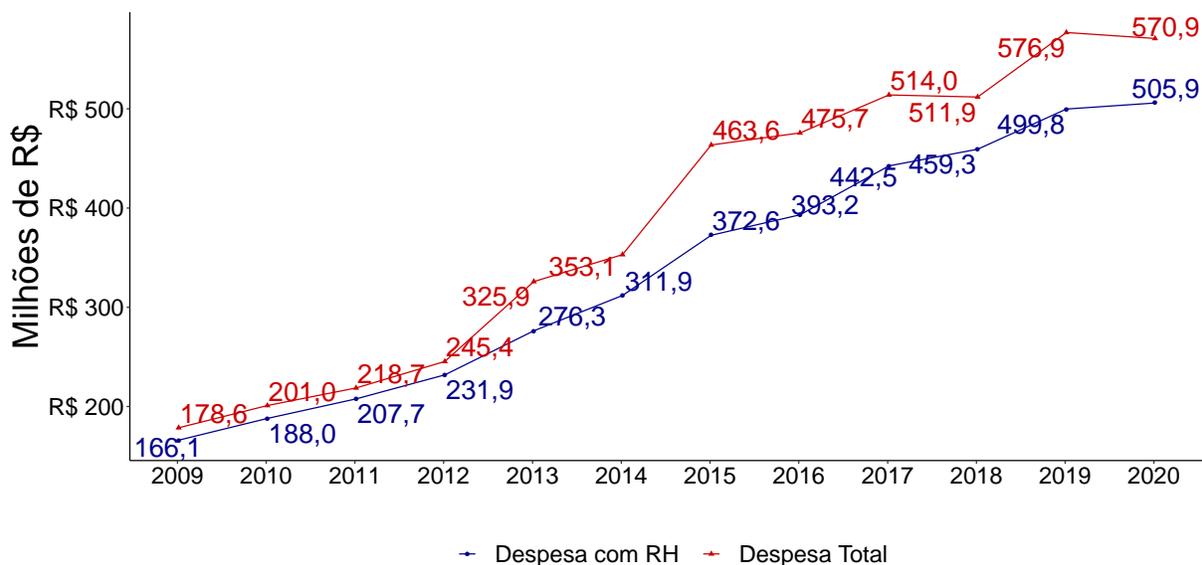


Figura 8: Série histórica das despesas

5 Litigiosidade

Nesta seção, são apresentados os dados gerais de movimentação processual e litigiosidade e os resultados dos principais indicadores de desempenho. A seguir serão apresentadas as séries históricas dos casos novos, processos baixados, casos pendentes, sentenças, de-

cisões e alguns indicadores de produtividade como o índice de produtividade dos(as) magistrados(as), taxa de congestionamento, índice de atendimento à demanda, índice de conciliação e o índice de produtividade comparada.

A Figura 9 apresenta a série histórica de casos novos, processos baixados e casos pendentes simultaneamente, no período de 2009 a 2020. Podemos ver que em 2020 o quantitativo de processos baixados superou o quantitativo de casos novos, assim como em 2018 e 2019. Ainda, podemos observar uma queda no quantitativo dos casos pendentes desde 2017. O Tribunal de Justiça de Alagoas finalizou o ano de 2020 com 467.357 processos pendentes, enquanto em 2019 foram 488.922. Durante o ano de 2020 ingressaram 249.230 processos e foram baixados 276.368.

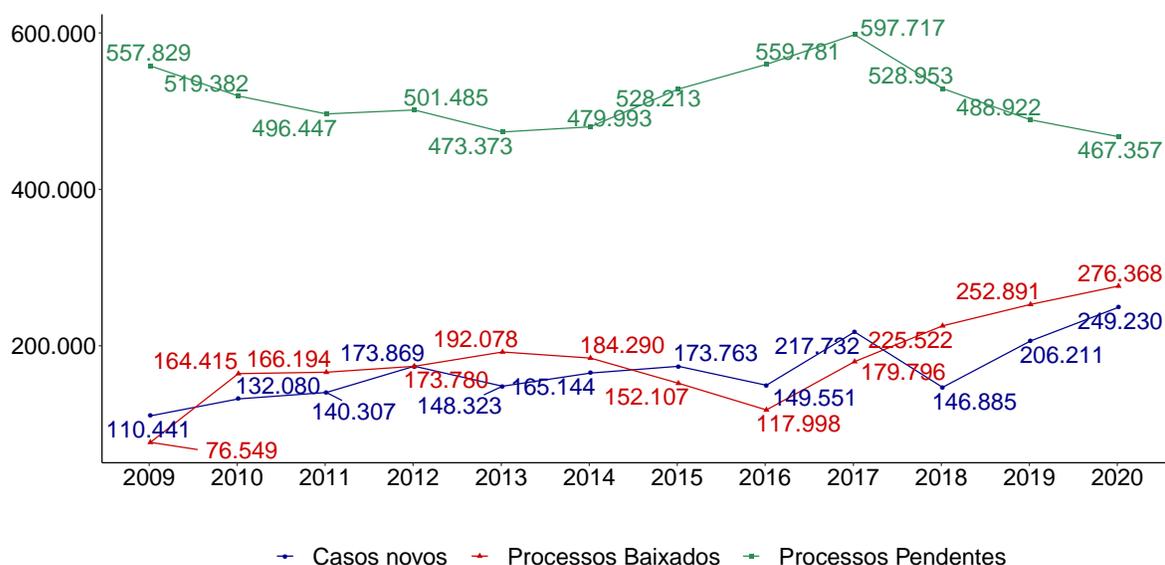


Figura 9: Série histórica dos casos novos, processos baixados e casos pendentes

A Figura 10 apresenta a série histórica das sentenças e decisões. Podemos notar um comportamento crescente das sentenças de 1º Grau desde 2016. As decisões terminativas no 2º grau referem-se a todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas são consideradas. É importante destacar que o quantitativo total de sentenças e decisões em 2020 foi o maior observado em toda a série histórica.

O IPM (Índice de Produtividade dos Magistrados(as)) é um indicador que computa a média de processos baixados por magistrado(a) em atuação nos 1º e 2º graus. A Figura 11 apresenta a série histórica desse índice. Podemos notar um comportamento crescente desde 2016. Em 2020 alcançou-se uma média de 1.867 processos baixados por magistrado(a).

O IAD (Índice de Atendimento à Demanda) é um indicador que verifica se o tribunal foi

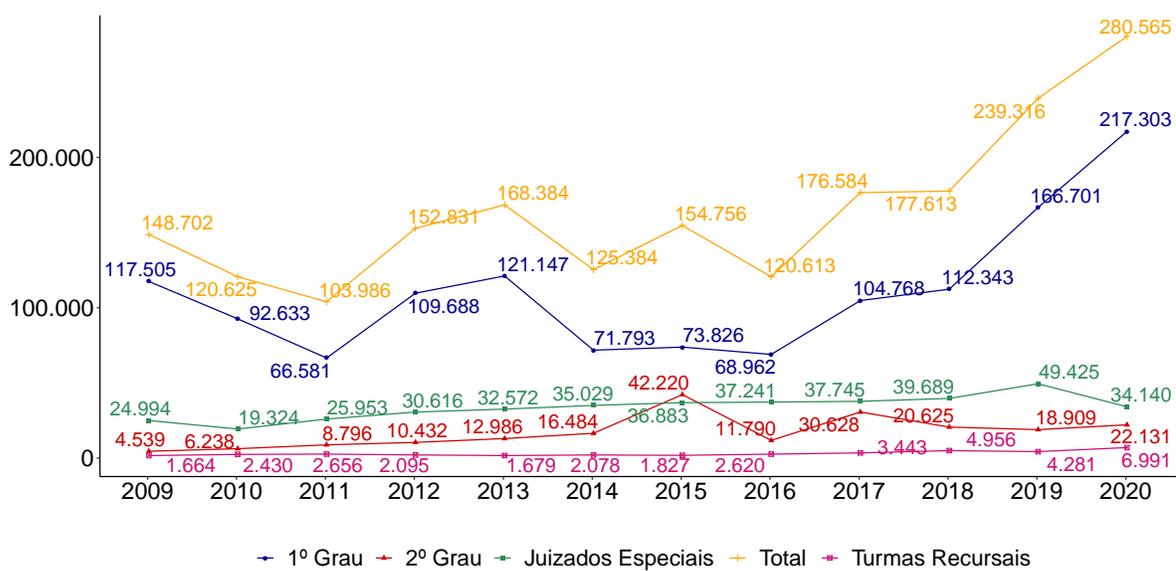


Figura 10: Série histórica das sentenças e decisões

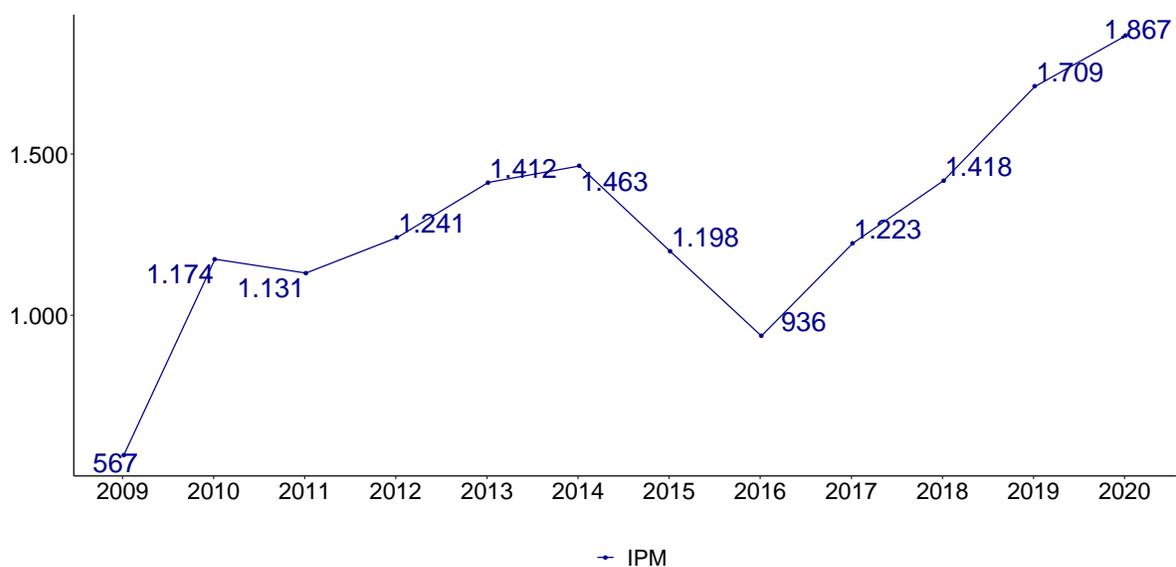


Figura 11: Série histórica do índice de produtividade dos magistrados(as)

capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes. A Taxa de Congestionamento é um indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados).

A Figura 12 apresenta a série histórica do índice de atendimento à demanda e da taxa de congestionamento simultaneamente, no período de 2009 a 2020. Podemos observar que em 2020 a taxa de cogestionamento foi de 62,8%. A menor taxa atingida nesses últimos doze

anos, atingindo um nível inferior a 63%. Quanto ao índice de atendimento à demanda, em 2020 atingiu-se um índice de 110,9%, alcançando o patamar superior a 100% nos últimos três anos. Podemos notar um comportamento decrescente deste índice desde 2018.

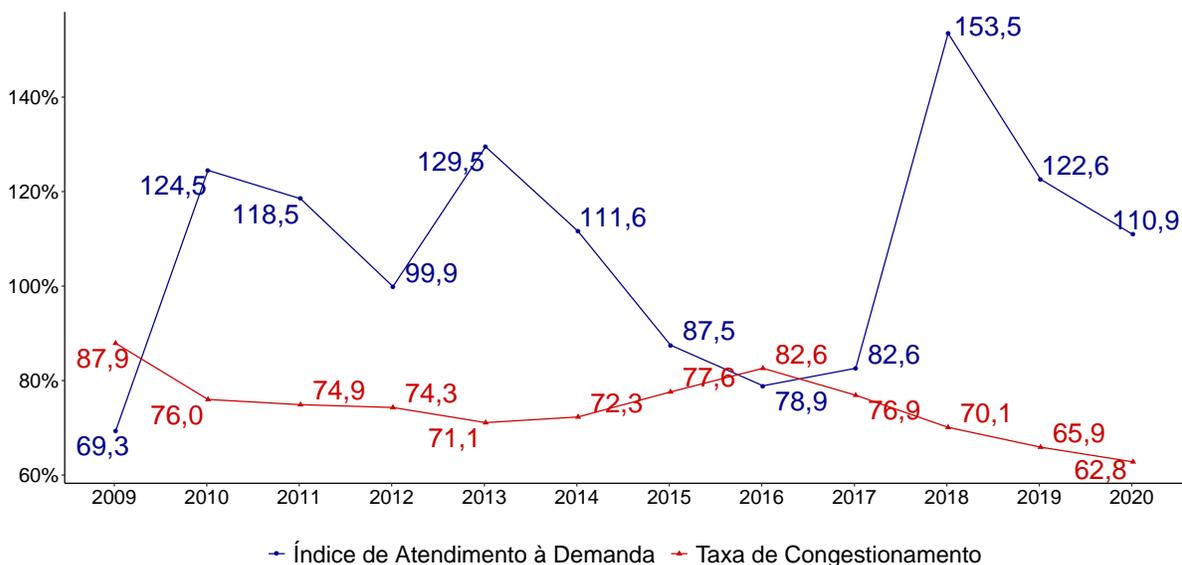


Figura 12: Série histórica da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda

A Figura 13 traz o detalhamento do índice de atendimento à demanda nos 1º e 2º graus, juizados especiais e turmas recursais. Podemos verificar que em 2020 o IAD foi superior à 100% no 1º grau, nos juizados especiais e nas turmas recursais.

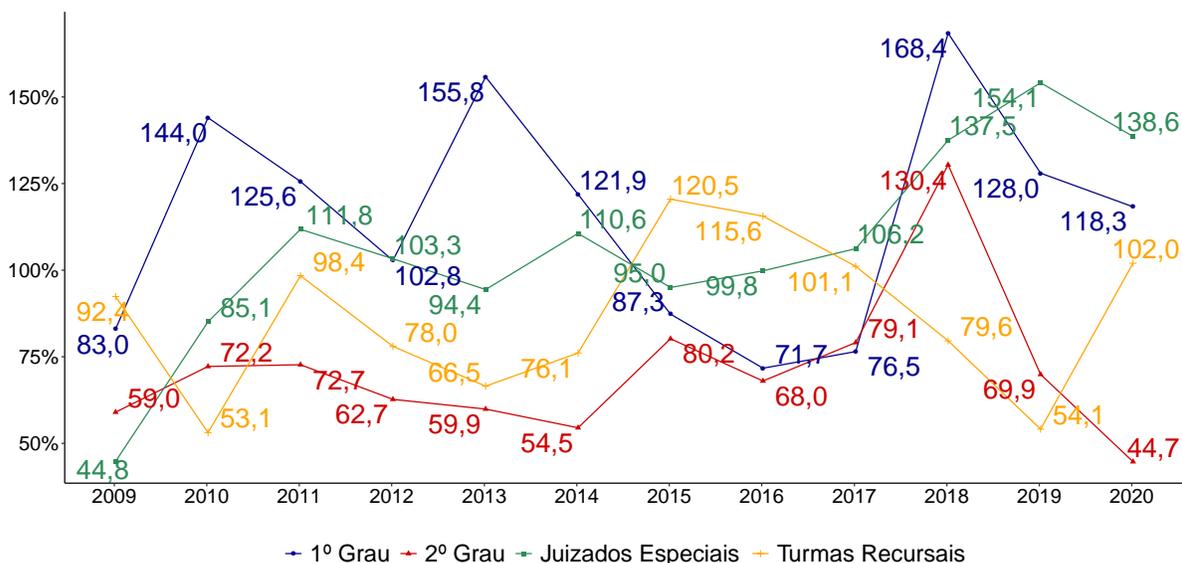


Figura 13: Série histórica do índice de atendimento à demanda

A Figura 14 apresenta o detalhamento da taxa de congestionamento no 1º grau, 2º grau, juizados especiais e turmas recursais. Em 2020 a menor taxa de congestionamento foi nos juizados especiais, atingindo 52,5%. Podemos ver também que a taxa de congestionamento no 1º grau apresenta comportamento decrescente desde 2016.

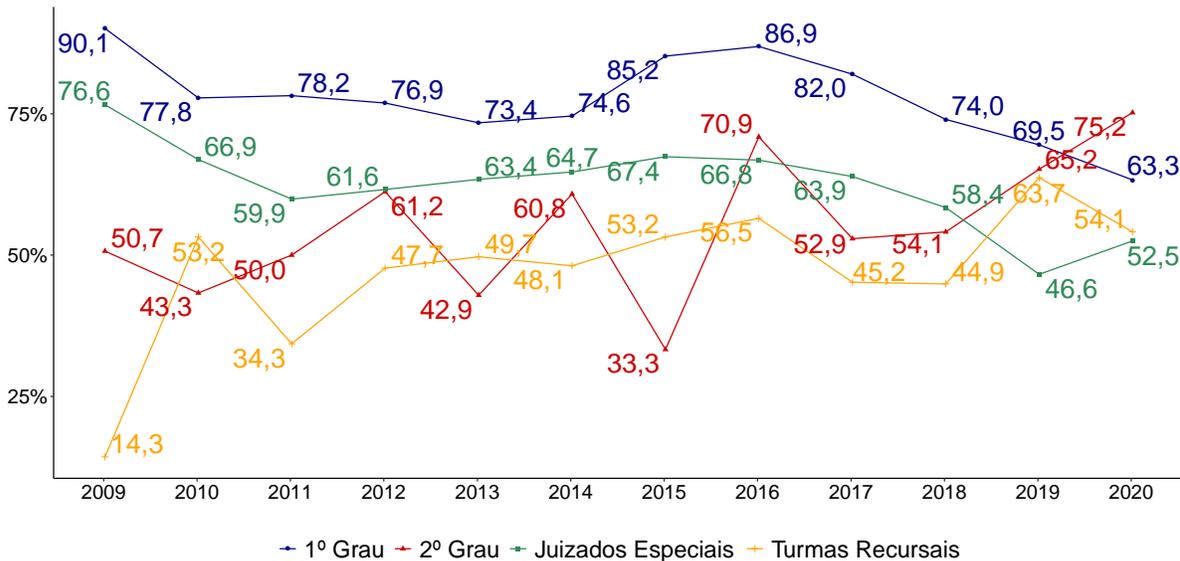


Figura 14: Série histórica da taxa de congestionamento

O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. A Figura 15 traz a série histórica do índice de conciliação no 1º grau. Em 2020 esse índice de conciliação foi de 5,7%. Na fase de conhecimento o índice atingiu 14%.

Na Figura 16 podemos observar a série histórica do índice de conciliação. Em 2020 esse índice foi de 6,8%. Os resultados dos índices de conciliação destacados nas figuras 15 e 16 foram claramente impactados pela pandemia, em que a realização de audiências de acordo foi prejudicada, principalmente no período de adaptação à nova rotina de trabalho com a realização de audiências virtuais.

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis - DEA*). A aplicação do modelo DEA tem por resultado um percentual que varia de 0 a 100%, sendo essa a medida de eficiência do tribunal. Quanto maior seu valor, melhor o desempenho do tribunal, significando que ele foi capaz de produzir mais, com menos recursos disponíveis.

Cabe esclarecer que a obtenção de eficiência de 100% não significa que um tribunal não precise melhorar, mas apenas que tal tribunal foi capaz de baixar mais processos quando comparado com os demais, com recursos semelhantes.

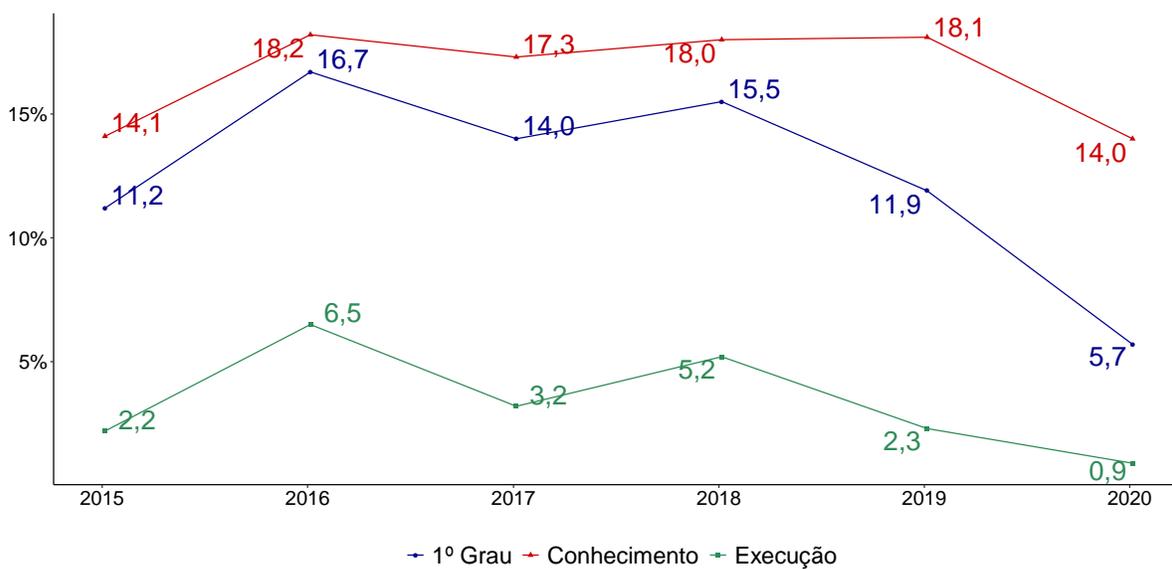


Figura 15: Série histórica do Índice de Conciliação no 1º Grau

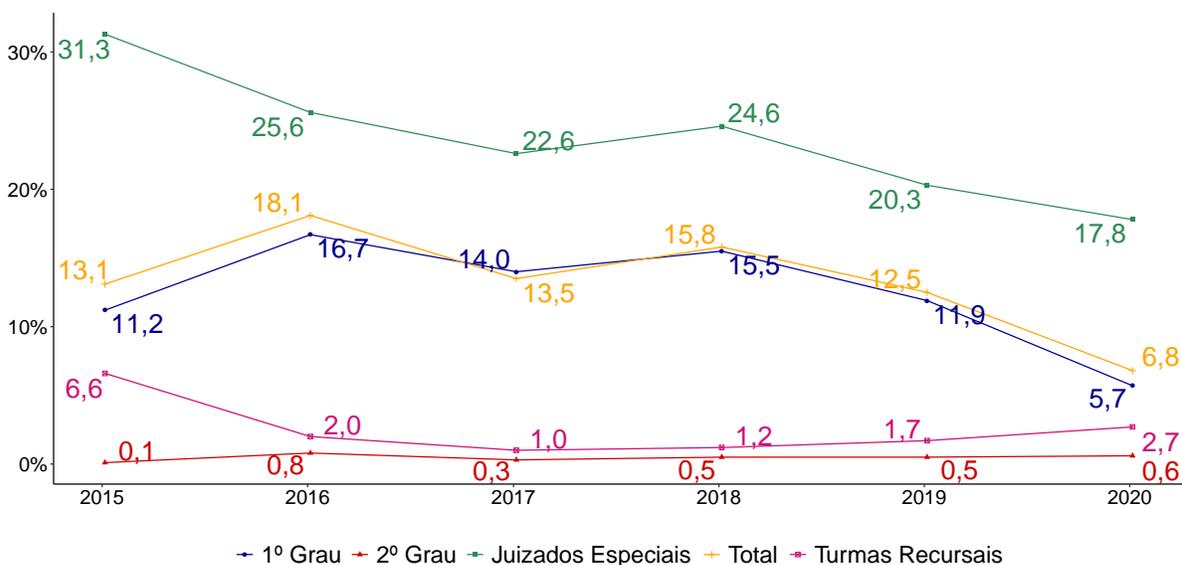


Figura 16: Série histórica do Índice de Conciliação

O índice em apreço agrega as seguintes variáveis: número de processos que tramitaram no período (excluídos os processos suspensos, sobrestados, em arquivo provisório e de execuções fiscais e penais), dados sobre recursos humanos (magistrados(as), servidores(as) efetivos(as), comissionados(as) e ingressados(as) por meio de requisição ou cessão), despesa total (excluídas as despesas com inativos e com projetos de construção e obras) e a quantidade de processos baixados, excluídos os processos de execuções fiscais e penais.

A Figura 17 traz a série histórica do IPC-Jus. O resultado do IPC-Jus é divulgado pelo CNJ no Relatório Justiça em Números, no qual mais detalhes sobre o IPC-Jus podem ser

encontrados. Podemos observar na Figura 17 que o melhor índice alcançado foi no ano de 2020, considerando-se toda a série histórica, em que esse índice foi de 69,4%.

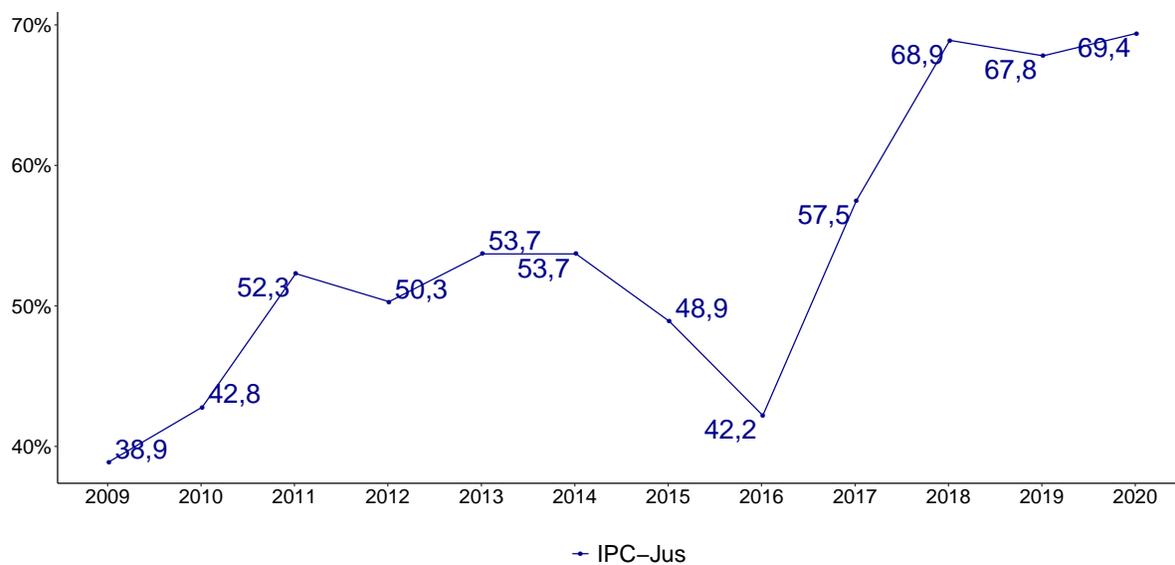


Figura 17: Série histórica do IPC-Jus

6 Demandas mais recorrentes segundo as classes e assuntos

Nesta seção, apresentam-se os quantitativos de processos ingressados no ano de 2020 segmentados por classes e assuntos no primeiro nível, segundo as tabelas processuais unificadas, instituídas pela Resolução CNJ nº 46, de 18 de dezembro de 2007.

Cabe esclarecer que com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo. Quando isso ocorre, todos são contabilizados. Assim, os números apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados.

A Figura 18 mostra que a classe mais demandada em 2020 foi “Processo Cível e do Trabalho”, que se desdobra em Processos de conhecimento, Processos de execução, Recursos, entre outros, no segundo nível, seguida da classe “Processo Criminal”.

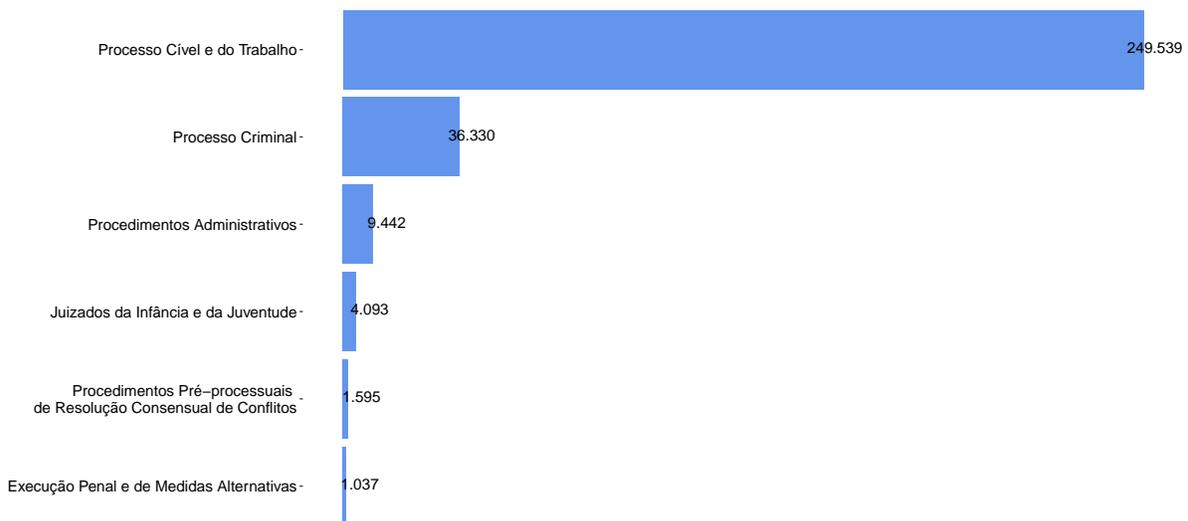


Figura 18: Classes mais demandadas em 2020

Na Figura 19 é possível observar que o assunto “Direito Tributário” foi o assunto com o maior quantitativo de processos, seguido de “Direito Civil” que aparece em 60.319 processos.

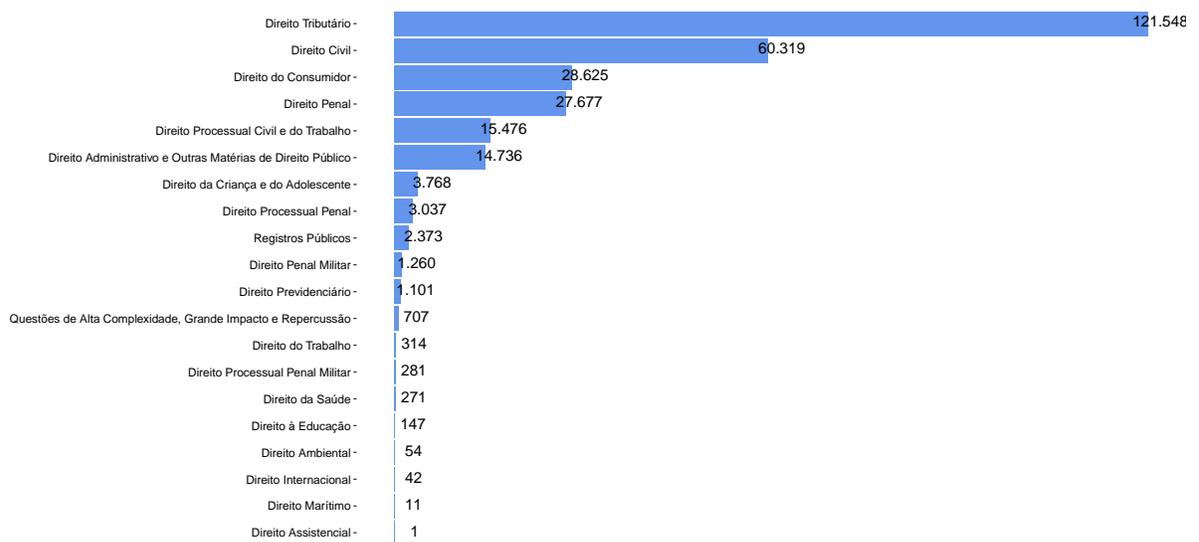


Figura 19: Assuntos mais demandados em 2020

7 Considerações finais

Este relatório foi construído com base no Relatório Justiça em Números produzido pelo Conselho Nacional de Justiça e tem por objetivo trazer transparência das informações do judiciário alagoano, apresentar a produtividade, indicar direcionamentos, servir como instrumento e buscar o aperfeiçoamento e melhoria contínua da gestão. É fundamental que os(as) servidores(as) e magistrados(as) procurem sempre o melhoramento na alimentação e registro dos dados processuais, observando-se as regulamentações internas e aquelas decorrentes das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça referentes a classes, assuntos e movimentos.

Os indicadores apresentados resumizam os principais resultados alcançados pelo Poder Judiciário de Alagoas em 2020, possibilitando a identificação de avanços, como o aumento do volume de processos baixados, a redução do acervo, índice de atendimento à demanda superior a 100% e redução na taxa de congestionamento.